

PKS

**PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT**

**REVISTA DE GEOGRAFIA
(UFPE)**

www.ufpe.br/revistageografia

OJS

**OPEN
JOURNAL
SYSTEMS**

A CONDIÇÃO ATUAL DO USO E DA COBERTURA DA TERRA NA AMAZONIA: UMA LEITURA A PARTIR DO SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL

Cláudia Pinheiro Nascimento¹, Maurício Silva²

¹ *Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia, Doutoranda do Programa de Pós Graduação de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA*

² *Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina, Especialista em Geoprocessamento da Agência Nacional de Águas – ANA.*

Artigo recebido em 27/10/2011 e aceito em 19/05/2012

RESUMO

A ocupação e o desenvolvimento da região amazônica apresentam, ao longo do seu processo de Formação Socioespacial, diferentes atores e mecanismos que contribuíram para a transformação dos seus recursos naturais, este processo esteve associado a dois elementos: o espaço e o tempo, que se relacionam de forma dialética. Este artigo busca entender como ao longo do tempo o espaço amazônico foi sendo transformado a partir da lógica dos atores envolvidos e das políticas implantadas, associados aos diferentes interesses atendidos na tentativa de explicar como ocorreram as transformações na forma e no conteúdo do espaço amazônico e seus reflexos na condição atual do uso e da cobertura da terra.

Palavras Chaves: Amazônia, Formação socioespacial, Uso da Terra, Cobertura da Terra.

THE ACTUAL LAND USE AND LAND COVER ON AMAZON: A LECTURE FROM THE SOCIOSPATIAL FORMATION

ABSTRACT

The Amazon occupation and development have different actors and mechanisms contributing to the transformation of its natural resources during sociospatial formation process, this process was associated with two elements: the space and time, which relate as dialectics form. This article seeks to understand how over time the Amazonian space was being transformed from the logic of the actors involved and the policies implemented, associated with different interests met in an attempt to explain how the changes occurred in the form and content of Amazonian space and its reflections on the current condition of land use and land cover.

Key words: Amazon, Land Use, Land Cover, Sociospatial Formation

INTRODUÇÃO

A ocupação e o desenvolvimento da região amazônica apresentam, ao longo do seu processo de Formação Sócio Espacial, diferentes atores e mecanismos que contribuíram para a configuração do seu espaço atual.

Sendo assim, a Amazônia apresenta períodos distintos na organização do seu espaço, possíveis de serem diferenciados em função dos interesses atendidos, que ora vinculavam-se ao mercado internacional e, em outros momentos, ao mercado nacional. Foram os modos de produção da economia capitalista que influenciaram, em grande parte, o estilo de desenvolvimento do Brasil e da região Amazônica (NASCIMENTO, 2009).

Autores como Castro (2007) atribuem ao Mito do El Dourado o fundamento do processo de ocupação da região, no qual, nas relações do imaginário, constroem-se a relação do homem com a natureza, e, necessariamente, com os modelos utilizados para sua transformação em mercadoria, fato que permeia as ações e consegue mobilizar sonhos de conquista megalomaniacos, desde a implantação dos primeiros núcleos missionários no séc. XVII até as ações dos dias atuais.

Bertha Becker (1998, p.11) discute a ocupação da Amazônia, segundo o

conceito de Fronteira, não como sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses, mas sim como um espaço social e político ainda não totalmente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas.

Independentemente da concepção aceita para a explicação do processo de ocupação da região amazônica, existe uma questão comum que permeia todas elas, a de que, na conquista e na colonização da região amazônica, prevaleceu sempre a busca de riquezas minerais e vegetais, tendo como foco inicial a consolidação de uma base de produção mercantilista que garantisse lucros imediatos.

O estabelecimento de um padrão econômico voltado para a exportação ocorre na Amazônia desde o início da sua colonização até hoje, motivação que permeou todo o processo de ocupação regional (BECKER, 2001).

Essa realidade vem corroborar para a explicação de que, desde o início, o processo de formação do espaço amazônico esteve atrelado ao fato de atender a necessidades externas as suas, sem, na maioria das vezes, levar-se em consideração as especificidades locais. Todo esse processo trouxe transformações para a região amazônica tanto em relação a escala espacial quanto temporal, que se configuram na forma como atualmente

ocorre o uso e a cobertura da terra na Amazônia.

Este artigo não tem como finalidade responder o porquê do uso da terra na Amazônia, mas apresentar como este processo ocorreu, os atores envolvidos e as políticas implantadas, associados aos diferentes interesses atendidos, sejam eles nacionais, internacionais, regionais ou locais, na busca de tentar compreender como ocorreram as transformações na forma e no conteúdo do espaço amazônico. O uso da terra na Amazônia foi tratado como um subsistema no interior de um sistema espacial, que com o tempo foi tendo seus espaços naturais transformados em espaços produtivos, resultado de uma série de decisões e escolhas historicamente determinadas.

A busca para o entendimento destas transformações do espaço amazônico baseou-se no conceito de Milton Santos (1982), de formação sócio espacial¹, no qual o espaço é considerado como uma realidade objetiva, um produto social e um subsistema da sociedade global, uma

¹ O conceito de formação Econômica Social e Espacial surge como uma nova forma de auxiliar a leitura e interpretação do espaço. Esta categoria diz respeito a evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação as forças externas. A própria base para a explicação é a produção, o trabalho do homem para transformação, segundo leis historicamente determinadas. Dentro deste contexto entram também as especificidades sociais, políticas e culturais que compuseram esse processo de formação espacial.

instância. Sua análise supõe a construção de uma epistemologia genética do espaço geográfico, fundada no fato de que as mudanças históricas conduzem a mudanças paralelas da organização do espaço (SANTOS, 1982, p.51).

As análises das transformações dos subespaços amazônicos foram realizadas em relação a outros subespaços dentro do contexto nacional, pois cada subespaço é submetido a uma série de impactos de natureza diversa, que os diferencia dos demais, mas sua explicação deve ser buscada em uma dinâmica global que é a mesma para todos (SANTOS, 1982, p. 32).

Segundo Santos (1982, p.33):

“as mudanças de valor de cada subespaço não se explicam por sua própria história. Trata-se de uma verdadeira e mais ampla reorganização, induzida por fatores externos e internos. Qualquer que seja o caso, mudanças verificadas em uma porção do espaço repercutem nas outras porções do todo, o qual foi ele próprio modificado. Desta forma, a definição de cada subespaço é em cada período o resultado de um grupo de relações cuja escala não é a mesma do subsistema e coincidem no mais das vezes, com a escala do Estado-Nação”.

A primeira parte deste artigo tem como objetivo demonstrar dentro de uma perspectiva histórica, o processo de ocupação da Amazônia, as políticas de incorporação da região, assim como os

ciclos e atividades econômicas que permearam o processo.

A segunda parte corresponde a um novo recorte espacial e temporal que foca, sobretudo, a implantação do governo militar, seus desdobramentos e as políticas de correção deste período, que foram materializados principalmente a partir da década de 1980, com a criação de órgãos ambientais e legislação específica.

Por último, busca-se demonstrar a associação destes elementos que compuseram a formação sócio espacial da região amazônica com a condição atual do uso e da cobertura da terra na região.

A importância do desenvolvimento deste artigo é amparada pela necessidade do entendimento do processo em todas as suas instâncias, na busca de respostas aos atuais problemas da Amazônia.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Amazônia legal é uma área que engloba nove estados brasileiros, sua área de abrangência corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (a oeste do meridiano 44°), perfazendo uma superfície aproximada de 5.217.423 Km², representando 59% do território brasileiro, distribuído por 775 municípios com uma população de 23,6 milhões em 2007 (IBGE, 2007; 2011a).

Com exceção da região sul do Estado do Mato Grosso, integrado na bacia do Rio Paraguai e de parte do Maranhão pertencente à bacia do Rio Parnaíba, a área restante da Amazônia Legal está incluída na bacia do Rio Amazonas.

Figura 1- Localização da Área de Estudo.



O conceito de Amazônia Legal foi instituído pelo governo brasileiro com base em análises estruturais e conjunturais aonde foram reunidas as regiões de idênticos problemas econômicos, políticos e sociais com o intuito de melhorar o planejamento social e econômico da região.

A Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, em 1953 através da Lei 1.806, de 06.01.1953 quando foram incorporadas a Amazônia brasileira, o estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° latitude Sul).

HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA ASSOCIADO ÀS POLÍTICAS DE INCORPORAÇÃO DA REGIÃO

Durante o processo de Formação Sócio Espacial da região Amazônica diferentes atores e mecanismos contribuíram para a configuração do seu espaço atual, reflexo das diferentes políticas aplicadas ao desenvolvimento e ocupação desta região.

Todo esse processo, segundo Becker (2001, p.135), vincula-se ao fato de a ocupação do que é hoje a Amazônia, o Brasil e a América Latina, estarem

associados ao episódio do processo de expansão marítima das empresas comerciais européias, formando-se como as mais antigas periferias do mundo capitalista, onde o paradigma sociedade-natureza, denominado economia de fronteira, é entendido como crescimento econômico, baseado na exploração de recursos naturais, entendidos como infinitos.

Grande parte das discussões acerca do processo de ocupação humana da Amazônia inicia sua contextualização a partir da colonização portuguesa, isso se constitui em uma grande falha, pois se sabe que a região já fora intensamente povoada antes da chegada dos colonizadores, pelos povos indígenas (AB`SABER, 2002).

Segundo AB`Saber (2002) a fase da conquista portuguesa compreende dois momentos distintos: o primeiro, marcado pelo arrasamento físico e cultural da população indígena beiradeira, momento em que os bandeirantes apreendiam os índios para o trabalho escravo e buscavam riquezas naturais, principalmente ouro e diamantes; e o segundo, marcado pelas missões religiosas nas quais predominou o abrandamento dos nativos.

A implantação dos primeiros núcleos missionários na região são os primeiros exemplos de apropriação dos recursos amazônicos visando atender a interesses

internacionais, modificaram o padrão de ocupação do espaço sem considerar as necessidades da população local, no caso, os índios.

Estes núcleos implantados que datam do séc. XVII, inicialmente serviram como ponto de transferência de excedentes econômicos para as potências européias, para a implantação da empresa militar e missionária e estavam associadas a manutenção deste processo.

Os missionários interferiram na sedentarização do homem que habitava essas regiões, em aglomerados aos quais deram o nome de aldeias, lançando mão da matéria prima regional. As aldeias missionárias desempenharam, dentro deste contexto, um papel estabilizador social e de centros de expansão da colonização, alterando o modo de vida local (TOCANTINS, 1960).

Este período caracterizado pela exploração das chamadas “drogas do sertão” impõe à região, desde o início de sua ocupação, a condição de exportadores de matéria prima em potencial, inserindo-a em um processo de dependência, que perpetuará até os dias atuais. Este processo impôs uma relação direta entre o espaço amazônico e os ciclos econômicos que se estabelecem, visando sempre à manutenção das necessidades externas à região.

Com a queda nas exportações dos produtos denominados “drogas do sertão”, muitos desses núcleos de povoamento se dissociam, impondo à região um período de estagnação econômica, que somente foi revitalizada com a exploração da borracha no século XIX, revelando uma nova dinâmica territorial.

A importância do estudo da formação do espaço amazônico, desde o estabelecimento das primeiras missões jesuíticas, associa-se ao fato de que, desde o início do seu processo de ocupação, o espaço amazônico sofreu interferências e transformações que modificaram a forma e o conteúdo da região.

Ao longo do seu desenvolvimento histórico o espaço amazônico sofreu transformações que foram sendo agregadas aos processos antigos, porém, a configuração atual do espaço amazônico e as relações que o permeiam são frutos deste processo histórico/espacial, que necessita ser compreendido na sua íntegra quando se objetiva alcançar os elementos responsáveis pela construção do espaço social atual (Nascimento, 2009).

O PRIMEIRO CICLO DA BORRACHA

A borracha já era exportada em pequenas quantidades no início do século XIX, mas foi a partir de meados do século

XIX que sua demanda aumentou, principalmente no mercado internacional, quando novas áreas de extrativismo foram incorporadas.

O aumento da exploração da borracha fomentou a migração para a região segundo Furtado (1991), cerca de 260.000 pessoas migraram para o norte do país, atraídos pelo ciclo da borracha, sendo que o período de seca no Nordeste entre 1887 e 1890 estimulou o processo.

A exploração da borracha associada à expansão do capitalismo industrial e financeiro mundial vai impor à Amazônia uma nova dinâmica, com a construção de novos meios de comunicação como as linhas telegráficas e novos meios de transporte, como as ferrovias.

Todo este investimento em infraestrutura traz um novo dinamismo à região, porém, não substitui a economia de subsistência, muito pelo contrário, vem como forma de dar condições para sua manutenção, com a criação de melhores formas de escoamento (NASCIMENTO, 2011).

O crescimento da produção da borracha, associado à migração e a criação de infraestrutura de transporte e comunicação, possibilitou o povoamento ao longo dos principais rios da região, o que fez surgirem várias cidades e vilas.

O surgimento dos núcleos urbanos foram os responsáveis pela dinâmica do

desmatamento, as atividades de produção da borracha pouco impactaram devido às características de extração e beneficiamento. O impacto gerado pelos núcleos urbanos associa-se à construção em si do espaço urbano e pela extração de bens oriundos da região, destinados a atender a população local.

Segundo Prates (2008), o desmatamento se torna mais disperso, mas sempre próximo aos rios, que eram os principais meios de transporte da região. Associado a isso, temos o desmatamento oriundo da construção das ferrovias, como a Belém-Bragança, Madeira-Mamoré e Tucuruí.

Além disso, temos as colônias japonesas, produtoras de Juta e Pimenta do reino em Parintins (Amazonas) e Tomé-Açu (Pará), que contribuíram para a abertura de pequenas áreas através do desmatamento.

A partir da segunda metade do século XX, temos a crise do ciclo da borracha, devido à concorrência com os países asiáticos, principalmente a Malásia, o que tornou o látex produzido na Amazônia pouco competitivo no mercado internacional.

As primeiras intervenções do governo brasileiro na região ocorrem, sobretudo, em virtude da queda do preço da borracha no mercado internacional, com a criação da Superintendência de Defesa

da Borracha e a elaboração do Plano de Valorização da Borracha em 1912, que tinham como foco a inserção da borracha nos mercados internacionais, a modernização da extração, transporte e comercialização, além de medidas de saneamento e assistência técnica (BENCHIMOL, 1990).

O SEGUNDO CICLO DA BORRACHA

A dinâmica de exploração da borracha teve seu processo acelerado pelo início da Segunda Guerra Mundial quando os japoneses interromperam a produção com a Malásia. O governo Getúlio Vargas, juntamente com o governo norte americano, investiu na criação de infraestrutura e estimulou a produção com o intuito de atender o que foi formalizado no Acordo de Washington².

A exploração da borracha neste período, além de atender aos interesses firmados com os Estados Unidos, teve o papel de amenizar o problema da seca na

região Nordeste do país, com a exportação crescente de mão de obra ociosa para a extração do látex na Amazônia, por meio do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, a SEMTA, criada no ano de 1943.

Foram criados nesse período, como forma de dar suporte a ampliação da produção da borracha, o Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP), a Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia (SAVA) e o Banco de Crédito da Borracha.

Apesar do estímulo que a borracha trouxe para a economia local, sua produção não foi capaz de permitir um crescimento contínuo e, tampouco, possibilitar crescimentos nos demais setores da economia, entrando em declínio logo após a Segunda Guerra Mundial.

A FRONTEIRA AMAZÔNICA

Segundo Becker (1998, p.11), a fronteira amazônica somente pode ser compreendida a partir da inserção do Brasil no capitalismo mundial, no período pós Segunda Guerra Mundial, quando o capitalismo passa a atuar no espaço global, mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo agentes importantes na produção do novo espaço.

² O Acordo de Washington foi firmado entre os EUA e os demais países americanos, após a entrada dos Estados Unidos da América na II Guerra Mundial em 1941. Inicialmente foi concedido um empréstimo de 100 milhões de dólares para a modernização e implantação do projeto siderúrgico brasileiro, além da aquisição de material bélico. Esses acordos foram decisivos para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e Companhia Vale do Rio Doce, com isso o Brasil assume o compromisso de fornecer minérios estratégicos e importantes para a indústria bélica americana (TEIXEIRA e FONSECA, 2001).

Este período é considerado por muitos autores como o início efetivo do processo de transformação do espaço amazônico, associado ao processo de incorporação da região como manifestação da política de soberania Nacional (IANNI, 1979; MAHAR, 1989; BECKER, 1998; KOHLHEPP, 2002; CASTRO, 2005), quando efetivamente teve início o processo de retirada da cobertura florestal em substituição a outras coberturas ligadas a novas atividades econômicas.

Esse processo compreende a fase inicial do planejamento regional (1930-1960), correspondendo à implantação do “Estado Novo” no governo de Getúlio Vargas, tendo um caráter muito mais discursivo do que ativo. Foi, porém, no governo de Juscelino Kubitschek³, que surgiu a necessidade de unificar o mercado nacional, devido ao avanço da industrialização, que se efetivou com a implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, acentuando o processo de migração para a região (BECKER, 2001).

Entre os anos de 1920 e 1930, temos o início das frentes pioneiras agropecuárias e minerais espontâneas oriundas do Nordeste, que se intensificam nas décadas de 1950 e 1960.

³ O Governo Juscelino Kubitschek é o período de governo republicano vivido entre 1956 e 1961. Sua eleição foi marcada pelo slogan “Cinquenta anos em cinco”, marca do desenvolvimentismo, já que o ideal era trazer ao Brasil o desenvolvimento econômico e social.

O processo migratório que se estabeleceu neste momento vai impor à região uma nova realidade, pelo embate cultural que se estabelece quando culturas, hábitos e costumes diferenciados passam a ter que conviver em um mesmo espaço. Novas relações se estabelecem quando lógicas atuais se confrontam com realidades existentes.

A fronteira amazônica é tratada como uma fronteira do ponto de vista da expansão do modo de produção capitalista, mas, paralelamente, se estabelece a fronteira do ponto de vista das relações sociais, que define na região espaços diferenciados com novas relações decorrentes das alterações nas atividades econômicas.

Para que o estabelecimento da fronteira amazônica ocorresse, foi necessário, tanto do ponto de vista econômico quanto das relações sociais, o estabelecimento de uma série de planos e órgãos governamentais que viabilizassem o processo.

A criação da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), em 1953, veio reafirmar o processo de formação das frentes pioneiras na Amazônia, criando metas de promoção do desenvolvimento agropecuário e de integração da Amazônia as demais regiões do país.

Além da instituição da Amazônia Legal, como unidade de planejamento do território nacional, a SPVEA propunha a criação de espaços econômicos mais propícios ao desenvolvimento. Dentro da proposta do Plano de Valorização Econômico da Amazônia, poucas foram as medidas realmente efetivadas; houve algum avanço em pontos no setor energético e a construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre, conectando o centro-sul à região norte (HOMMA, 2006).

Com o passar do processo de degradação da cobertura vegetal intensifica-se, associado ao processo de apropriação do espaço a partir de uma nova lógica do capital monopolista, quando a fronteira traz frentes de expansão de diferentes atividades econômicas.

O início da implantação das redes de integração nacional, que se manifestaram nesse momento, sobretudo, a partir da construção das rodovias, foi a principal responsável pela intensificação do processo de desflorestamento na região.

Segundo Prates (2008, p.24), a construção das rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Brasília-Acre (BR-29 atual BR-364) foram os principais eixos de ampliação do desmatamento na região, permitindo a formação de inúmeros povoados, vilas e cidades que adotaram como atividade econômica a agricultura e

a pecuária, culminando no desmatamento nessas áreas. A produção da juta nas várzeas de alguns rios, assim como a produção de alimentos, também contribuiu para o aumento de áreas desmatadas.

INCORPORAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO SOB A AÇÃO DO CONTROLE ESTATAL

A partir do golpe de 1964, a ocupação da Amazônia torna-se prioridade máxima dentro do projeto do governo militar de modernização e consolidação da soberania nacional, acelerando uma radical estruturação do país, que inclui a redistribuição territorial de investimento de mão de obra, sob forte controle social (BECKER, 1998).

Oliveira (2009) trata esse período do processo de ocupação da Amazônia a partir da idéia de reconquista, que surge do mesmo pressuposto de descobrir, revelar o desconhecido, sem nome, sem forma e sem sujeito, porém, remontando à idéia dentro do pensamento geopolítico brasileiro, basicamente em sua vertente militar.

Kohlhepp (2002) determina o ano de 1966 como a nova fase de desenvolvimento do governo brasileiro para a exploração econômica da Amazônia, agora como órgão responsável de planejamento a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da

Amazônia), em substituição da antiga SPVEA.

Neste momento, a Amazônia surge como forma de resolver problemas de ordem econômica e geopolítica tanto interna quanto externamente (Becker, 1998). No plano interno, suas terras são vistas como a possibilidade de promover a solução das tensões sociais do nordeste brasileiro após a grande seca de 1970, assim como a alternativa para a reforma agrária brasileira (IANNI, 1979; KOHLHEPP, 1992; BECKER, 1998; SANTOS, 2007).

Segundo Ianni (1979, p.36), durante os anos de 1964-1969, a problemática amazônica era tratada pelos governos federal, estaduais, territoriais e municipais dentro da perspectiva de vazio demográfico, vazio econômico, escassez de recursos de capital, dispersão de recursos humanos e econômicos, insuficiência de meios de transportes e comunicações, predomínio de atividades econômicas e extrativistas, identificação entre borracha e Amazônia, populações e culturas indígenas desconhecidas ou pouco cultivadas, terras virgens, fartas e talvez férteis ou ricas, inclusive em minerais, cobiça internacional e geopolítica.

Essa perspectiva conveniente aos interesses das oligarquias locais e regionais, juntamente com os órgãos criados pelo Governo Federal, SUDAM e

o Banco da Amazônia (BASA), foram responsáveis pela formulação do diagnóstico e adoção de medidas para o desenvolvimento capitalista na Amazônia.

As medidas de desenvolvimento regional na Amazônia, segundo Kohlhepp (2002, p.38), podem ser divididas em duas categorias: a ação estatal que inclui o desenvolvimento de infraestrutura, principalmente rodoviário, projetos de colonização e redução de impostos para atrair investidores privados, e a ação privada baseada em investimentos em todos os setores econômicos, mediante incentivos fiscais; e a redução de taxas tributárias para serem empregados principalmente na criação de gado, indústria e projetos de mineração.

Bertha Becker (1998) discute a ocupação da Amazônia como uma estratégia do Governo Federal, segundo três pilares. O primeiro refere-se à implantação de redes de integração espacial, onde se enquadram todos os tipos de redes, destacando a rede rodoviária, a rede de telecomunicações, a rede urbana e a rede hidroelétrica. O segundo associa-se a superposição de territórios federais sobre os estaduais que inclui a apropriação de terras dos Estados pelo Governo Federal por meio da criação de decretos em que se exerce jurisdição absoluta ou direito de propriedade. E o terceiro inclui subsídios de fluxos de capital e indução dos fluxos

migratórios, quando mecanismos fiscais e creditícios subsidiaram fluxos de capitais para a região, induzindo também a migração através de múltiplos mecanismos que incluíram projetos de colonização, visando o povoamento e a formação de um mercado de mão de obra local.

A implantação de um controle mais rigoroso sobre a região ocorreu a partir da modernização do aparato institucional do Estado, agora voltado para a Amazônia. As instituições criadas tinham como foco responder prontamente às orientações políticas.

Sendo assim, o Banco de Crédito da Borracha foi transformado no BASA e a SPVEA foi transformada em SUDAM; a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus também está incluída neste pacote de ações, sua função era constituir um enclave tecnológico no meio da floresta, propiciado por grandes incentivos fiscais.

Como forma de modernizar o aparato institucional e permitir a implantação de suas estratégias, o Governo Federal iniciou a implantação de inúmeros programas, os quais podemos incluir: o Plano de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), Plano de Desenvolvimento (I PND) e o II Plano de

Desenvolvimento (II PND) (BECKER, 1998; KOHLHEPP, 2002).

Além do capital trazido para a região pelos planos econômicos que se estabeleceram e do aparato institucional criado para gerir as ações na região, o Estado também elaborou medidas que garantissem a presença humana, estimulando correntes migratórias por meio de projetos de colonização. Além disso, o governo Federal passou a incentivar a agricultura no norte do Mato Grosso e no sul do Pará.

A apropriação das terras na Amazônia ocorreu por agentes privados e pelo Estado. A apropriação por agentes privados se deu a partir de diversas frações do capital; o capital comercial-especulativo de grande escala, a quem o Estado delegou a iniciativa do povoamento por meio da colonização particular, os fazendeiros individuais e os colonos e pequenos produtores agrícolas capitalizados. A apropriação direta pelo Estado ocorreu pela colonização oficial, pela criação de territórios para sua gestão direta em áreas de conflitos de terra e pela gestão associada a empresa privada, em *joint ventures* (BECKER, 1998, p. 25).

A apropriação privada da terra ocorre, sobretudo, a partir da instalação das empresas agropecuárias e fazendeiros que conjuntamente exercem o monopólio da terra. As atividades produtivas se

baseiam na criação do gado bovino e a exploração da madeira completa o quadro de uso da terra. Há neste contexto uma clara relação de agentes e de interesses específicos encadeados. O início se dá com a apropriação das terras, com o estabelecimento e delimitação dos seus domínios; geralmente esta fase é marcada por uma baixa produtividade e dependência de atividades extrativistas, sobretudo da madeira (CASTRO, 2005).

Nas fases seguintes, o processo de apropriação envolve melhorias nas condições produtivas, como limpeza do terreno, estabelecimento de algumas benfeitorias; como vias de acesso, sede, açudes etc., até sua completa adequação para incorporação nos modelos produtivos mais convencionais. Durante esse processo, frequentemente, essas terras passam pela atividade pecuária e, posteriormente, dependendo do seu potencial e da infraestrutura regional, elas são incorporadas pela atividade agrícola (CASTRO, 2005).

Sobre a implantação das empresas agropecuárias, temos dois grandes problemas: a dimensão da propriedade, que se constitui em unidades gigantescas de produção e consumo, que ocorre em áreas maiores e em ritmo acelerado. O uso do trabalho assalariado possibilita o desmatamento rápido, e a utilização de aviões que espalham desfolhantes,

defensivos e capins aceleram o processo (BECKER, 1998, p.26).

Com relação às fazendas, o grande fazendeiro individual que se instala é um pecuarista por tradição, e suas fazendas têm mais de 100 alqueires, sendo sua terra um objeto de valor. A grande maioria não se instalou com projetos da SUDAM, embora utilizassem financiamento do Banco do Brasil e do PROTERRA. Pela menor disponibilidade de capital, os fazendeiros desmatam menos (de 20 a 100 alqueires anuais contra 100 a 400 alqueires das empresas) e têm menor capacidade de contratar trabalhadores assalariados e de dispor de equipamentos e insumos (BECKER, 1998, p.29).

Foi entre os anos de 1970 e 1973 que o governo federal mais se empenhou na colonização da Amazônia, que ocorreu principalmente às margens das rodovias. Em segundo plano, vinham as empresas privadas de colonização. A partir de 1974, com a criação do Programa de Pólos de Desenvolvimento Agropecuário e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), a colonização oficial⁴ passa a um segundo plano, ao passo que a colonização particular⁵ ganha

⁴ A colonização oficial corresponde ao modelo de ocupação implantado pelo Governo Federal principalmente na década de 1970, no qual os custos de implantação ficavam por cargo do governo.

⁵ A colonização oficial ficava a cargo das empresas particulares que eram responsáveis por vender os

certo dinamismo, no entanto, durante todos esses anos, continuou a colonização espontânea⁶ (IANNI, 1979).

Segundo Kohlhepp (2002, p.40), no programa POLOAMAZÔNIA, o conceito de pólos de crescimento foi mal interpretado e o resultado não foi a descentralização do desenvolvimento, mas sim uma disparidade do desenvolvimento inter e intra regional, além do surgimento de inúmeros problemas ambientais em pontos setoriais, separados para extração de recursos minerais ou áreas de criação de gado com possível processo industrial.

A extração de recursos minerais, que constituiu o objetivo central dos programas de desenvolvimento, representou para a região problemas sociais, na forma de grandes deslocamentos populacionais, e conseqüentemente, inchaço das cidades e falta de aparato estatal para manutenção das condições mínimas de sobrevivência, assim como graves problemas ambientais decorrentes da exploração manual e mecanizada.

A colonização oficial foi organizada às margens das rodovias, numa extensão de 100 quilômetros de cada lado, sobre os

auspícios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado no ano de 1970, com o intuito de normatizar e organizar o processo de colonização oficial na região.

O INCRA se apresenta como a instância que toma as decisões de política econômica ou organização política dos colonos, porém, na verdade, o INCRA surge como uma forma de subordinar os colonos ao aparelho estatal. O Instituto passou a decidir como e quando os trabalhadores se tornam portadores de promessas, documentos provisórios ou títulos definitivos de propriedades de lotes, por via do Banco do Brasil que, de comum acordo com o INCRA, decide quem tem condições jurídicas para receber créditos ou empréstimos (IANNI, 1979).

A principal área de colonização oficial foi a Transamazônica, principalmente em locais situados entre Estreito, Marabá e Altamira. Em segundo lugar, estão às colônias oficiais, instaladas em Rondônia e, por último, algumas iniciativas de colonização no Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás (que integrava as áreas do atual estado do Tocantins criado em 1988) e outros Estados e Territórios. Estas iniciativas demonstram como o poder estatal procurou bloquear, orientar, integrar, disciplinar ou subordinar a reforma agrária espontânea à colonização

lotes e implantar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento.

⁶ A colonização espontânea constituía na vinda de migrantes de forma aleatória sem nenhum incentivo nem do governo, nem de empresas privadas. Estes migrantes vendiam tudo e vinham buscar de forma espontânea melhores condições de vida na Amazônia.

dirigida na Amazônia (IANNI, 1979, p. 57).

A partir de meados da década de 1970, os problemas referentes ao desmatamento na região tornaram-se mais evidentes, face à ocupação desordenada embasada no discurso da escassez de mão de obra e abundância de terras em um grande vazio demográfico. As políticas de ordenamento do INCRA também contribuíram para isso, uma vez que áreas desmatadas eram consideradas benfeitorias importantes para a liberação de financiamento (IANNI, 1979).

As ações do governo na região na década de 1980 resultaram em redução de despesas públicas, sendo assim, os recursos foram concentrados em poucas e selecionadas áreas com o intuito de fomentar as exportações na região. O Programa Grande Carajás e o Projeto Calha Norte representam essa nova realidade do país e exprimem a forma como o governo remodelou suas ações sobre a Amazônia (PRATES, 2008).

Além dos projetos mencionados para a década de 1980, temos ainda a implantação, em 1982, do POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil), implantado em Rondônia e no norte do Mato Grosso, que teve como intuito absorver contingentes populacionais de mão de obra, por meio de

melhoria de infraestrutura, aumento de produtividade agrícola e da geração de renda das atividades agropecuárias através de financiamentos concedidos pelo Banco Mundial (SANTOS, 2007).

Este processo de ocupação acelerada resultou em dois padrões de concentração em termos de áreas: o primeiro, conhecido como ciclo de desmatamento/exploração da madeira/pecuária, juntamente com os intensos conflitos sociais e ambientais onde o desmatamento ocorreu, sobretudo, em cerca de até 50 km ao longo das rodovias (BECKER, 2001); e o segundo, concentrado nos projetos de colonização, que, apesar de importantes em nível de ocupação do território, dentro da visão geopolítica que dominava na época, foram marcados pela instabilidade, pelo alto grau de evasão e pelo fraco desempenho econômico (BECKER, 2001).

Todos estes fatores, segundo Becker (2001, p.139), geraram um padrão de povoamento regional concentrado, sobretudo ao longo das rodovias, separados por grandes extensões territoriais, e, em uma outra escala, temos o adensamento das estradas ao longo da borda de floresta que gerou o grande arco de desflorestamento e focos de calor.

Para Homma (2006) e Becker (2004), as significativas alterações dos padrões de ocupação, promovidas pela implementação e adensamento dessa nova rede viária,

definem a passagem da civilização da várzea para a civilização de terra firme, na qual as estradas, construídas nos interflúvios amazônicos, assumiram o papel outrora designado aos rios.

A implantação de grandes projetos agropecuários apoiados em incentivos fiscais, principalmente os localizados no sul do Pará e norte do estado do Mato Grosso, estimulou a ocupação na região e a retirada da cobertura vegetal. A construção das rodovias PA-70, a rodovia Belém-Brasília e a Transamazônica (BR-230) foram os grandes eixos de desmatamento em porções centrais da floresta, além das políticas promovidas pelo INCRA, que contribuíram para a retirada da cobertura nas áreas de assentamento ao longo das principais rodovias.

Segundo Prates (2008, p. 29), foi ao longo desse período que o desflorestamento começou a se intensificar na região, o que culminou, em meados da década de 1980, em um total de 10% de área da floresta desmatada. As razões para a construção deste quadro incluem todas as ações e políticas aplicadas ao longo do processo de formação do espaço.

A segunda metade da década de 1980 vai representar um novo rumo nas políticas implantadas na Amazônia, agora, voltadas a questão ambiental como consequência da destruição das florestas

tropicais (BECKER, 2001; KOHLHEPP, 2002).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS PARA A AMAZÔNIA

A partir do ano de 1985, dois novos processos se estabelecem na região amazônica, um representando as verticalidades, de cunho exógeno, o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e da intervenção do Estado na economia e no Território, e outro representando as horizontalidades, o modelo endógeno, com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, simbolizando a resistência das populações à expropriação da terra (BECKER, 2001).

Na década de 1980, o governo do Presidente José Sarney criou o “Programa Nossa Natureza”, e, no ano de 1988, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (PRATES, 2008).

As políticas ambientais nacionais, desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente, tiveram muitos avanços; a legislação ambiental brasileira é considerada uma das mais avançadas do mundo, e, em dez anos, grandes conquistas foram alcançadas. A demarcação de terras para os povos indígenas, a criação das unidades de conservação e novos modelos

de gestão do território como as RESEX (Reservas Extrativistas) e o Projeto ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia).

Dentro dos projetos ambientais desenvolvidos com a cooperação internacional, segundo (Becker, 2007), destacam-se três grandes tipos:

Os clássicos projetos bilaterais de cooperação internacional;

Os grandes projetos ambientais, com vários aliados, que incluem o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7) em cooperação com a União Européia e com o Banco Mundial, o LBA (*Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment in the Amazon*), cujo grande parceiro é a NASA (*National Aeronautics and Space Administration*), o PROBEM (Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade da Amazônia), que envolve uma série de laboratórios, além de empresas para o desenvolvimento de biotecnologias e o projeto SIPAM/SIVAM, proteção e vigilância da Amazônia, baseado em uma tecnologia moderna e utilizado contra a intervenção territorial de atividades ilícitas;

As parcerias que vinculam o local ao global, e que ocorrem graças às redes de telecomunicações, viabilizando o apoio de parceiros externos.

O Programa Piloto Internacional para a conservação das Florestas Tropicais

Brasileiras (PPG-7) foi criado por iniciativa do governo Alemão, na reunião de cúpula dos países do G-7 em Houston, no ano de 1990 (KOHLHEPP, 1995; BECKER, 2001).

O programa consistiu em um conjunto de projetos que visavam contribuir para o uso sustentável dos recursos naturais e para uma substancial redução da taxa de desflorestamento. O objetivo geral é maximizar os benefícios ambientais das florestas de uma maneira que seja compatível com os objetivos de crescimento do Brasil (MMA/Banco Mundial, 1998).

Segundo Becker (2001, p. 146), o PPG-7 “se transformou no grande indutor dos projetos endógenos, através de uma estratégia descentralizada que envolve os principais reivindicadores sociais”, principalmente os advindos das populações que desenvolveram projetos alternativos, conservacionistas, que obtiveram a partir do PPG-7, apoio de parceiros externos para vencer as redes de comunicação, o que lhes permitiu a articulação com atores em várias escalas geográficas.

O ano de 1996 foi marcado pela retomada do modelo exógeno de crescimento da região, com a implantação do Programa Brasil em Ação, no qual o Governo Federal, por meio do Ministério do Planejamento e do Orçamento, retoma

o planejamento econômico e territorial no país (BECKER, 2001, p.149).

A efetivação do planejamento ocorreu com o Programa Avança Brasil (PAB) e teve sua execução no período de 2000 a 2003, cuja complementação ocorreu até o ano de 2007. Segundo Becker (2007), esse planejamento foi um componente principal para os cenários de curto prazo para a Amazônia e constitui a estratégia decisiva para o desenvolvimento regional.

As motivações básicas do PAB foram: a) estimular e assegurar as exportações nacionais, ampliando-as para o hemisfério Norte; b) estreitar as relações com os países Sul-americanos, visando a consolidação do MERCOSUL em toda a América do Sul (BECKER, 2007).

O componente central do PAB é a estratégia territorial e visava à intensificação da fluidez do território. Pautada em uma logística complexa e em áreas prioritárias, incluía não apenas redes de circulação e comunicação, como de energia e seus pontos de suporte, mas também sistemas multimodais de transporte e comunicações, visando ao aumento da sua velocidade e eficiência.

Os principais instrumentos do PAB são: o Plano Plurianual de Investimento (PPA), que expressa a estratégia federal e define as áreas prioritárias para alocação dos recursos orçamentários da União e os

Eixos de Integração e Desenvolvimento (ENIDS) (BECKER, 2007).

Todas estas ações foram substituídas por uma nova ação de desenvolvimento no Brasil, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implantado no ano de 2007 com previsão de investimento até o ano de 2010.

O conjunto de investimentos está organizado em três eixos decisivos: Infraestrutura Logística, envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; Infraestrutura Energética, correspondendo a geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural, combustíveis renováveis, e Infraestrutura Social e Urbana, englobando saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do programa “Luz para Todos” e recursos hídricos.

Na região Norte do país, o investimento em infraestrutura logística foi de 6,3 bilhões de reais, em energética 32,7 bilhões e na infraestrutura social e urbana 11,9 bilhões (Site Governo Federal).

A associação dos diferentes elementos responsáveis pela formação social e espacial da Amazônia, que incluem desde as medidas governamentais federais até as medidas de planejamento regional conferiram à região amazônica uma condição de periferia, com uma

função complementar em relação ao centro, e a geração de processos cada vez mais intensos que foram, em parte, ocasionando à região amazônica processos de degradação irreversíveis (KOHLHEPP, 1992).

A associação das políticas públicas federais, estaduais e municipais esteve diretamente associada ao processo de construção e transformação da região amazônica, muitas vezes, essas políticas estiveram associadas à necessidade de desenvolvimento, que sempre foi um discurso presente na realidade da região, contudo, na grande maioria das vezes, o desenvolvimento e a aplicação destas políticas não estiveram em consonância com as necessidades reais da população, mas sim, responderam a necessidades externas.

A CONDIÇÃO ATUAL DO USO E DA COBERTURA DA TERRA NA AMAZÔNIA

A condição atual do uso e da cobertura da terra na região amazônica não pode ser considerada como um fato isolado, suas manifestações no espaço estão associados aos diferentes agentes, processos e mecanismos presentes na constituição do seu espaço ao longo do tempo.

A alteração territorial presenciada hoje na Amazônia resulta de mudanças que ocorreram na sociedade e na economia nas últimas décadas, sob a ação e interação de processos locais, nacionais e globais.

Castro (2007) analisa o ordenamento territorial da Amazônia a partir da racionalidade dos atores individuais e coletivos envolvidos e suas motivações na definição das estratégias socioespaciais, sendo assim, a perda da cobertura vegetal, seja em função da exploração madeireira, agropecuária ou mineração, é reflexo da diversidade de lógicas e racionalidades que determinam as práticas sociais.

Segundo Castro (2005), para o entendimento da dinâmica do desflorestamento e conseqüentemente do Uso e da Cobertura da Terra na Amazônia, é importante associar a interpretação dos princípios da racionalidade econômica à análise das estratégias de caráter político dos agentes econômicos de espaços diferenciados da Amazônia.

Dentro desta perspectiva, é necessário levar em consideração quatro pontos fundamentais. Em primeiro lugar, não existe apenas uma causa do desflorestamento, trata-se de múltiplas causas que dizem respeito à diferença da racionalidade de atores e de suas estratégias. Em segundo, essa alteração espacial está organicamente relacionada à estrutura social do País, desigual em renda

e oportunidades. Em terceiro, há uma relação entre essas causas e a modalidade de inserção da Amazônia e do País na economia mundial globalizada. Finalmente, o último ponto diz respeito aos arranjos políticos e à disponibilidade de recursos naturais no território (CASTRO, 2005, p. 09).

A análise das causas do desflorestamento não pode se dissociar da transformação do espaço e das transformações temporais. Neste sentido, o entendimento das dinâmicas criadas pelas políticas da década de 1960 e 1970, embasadas em um modelo de desenvolvimento que não levava em consideração os impactos ambientais, apresentam componentes importantes para a análise das causas atuais do desflorestamento e conseqüentemente da cobertura e do uso da terra.

Na perspectiva de Fearnside (2005), foram às políticas de incentivos fiscais e subsídios governamentais, os grandes indutores do desflorestamento da Amazônia, principalmente entre os anos de 1970 e 1980, assim como as políticas econômicas implantadas no Brasil.

Dentro desta realidade, segundo os levantamentos realizados pelo PRODES (Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia), para a Amazônia Legal brasileira, dentro de suas taxas acumuladas até o ano de 2008, cerca de 79,4%, ou seja, 3.214.300 Km², são domínio de cobertura

de floresta, 114.458 km², ou seja, 2,8%, compreendem a hidrografia e 707.752 km², ou seja, 17,5% compreendem as áreas de desflorestamento acumulado até o ano de 2007 (INPE, 2011).

O questionamento atual associa-se no que se transformaram as áreas desflorestadas da região amazônica, como os diferentes planos governamentais, econômicos e políticos refletiram na atual condição do uso da terra.

A partir do levantamento realizado pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), denominado TerraClass⁷, que mapeou o uso e a cobertura da terra para a Amazônia legal brasileira, tendo como base as áreas

⁷Entre os anos de 2009 e 2011 o INPE e a Embrapa desenvolveram um projeto buscando estabelecer um novo ponto de partida para a leitura do que viria a cobrir as áreas desflorestadas na Amazônia através do projeto TerraClass. Este projeto buscou realizar o mapeamento em escala equivalente ao PRODES do uso e da cobertura da terra para as áreas que, segundo o PRODES Digital, sofreram o corte raso da vegetação florestal existente. A área acumulada designada como desflorestada em vinte anos (1988-2008) cerca de 720 mil quilômetros quadrados, foram as áreas mapeadas pelo TerraClass. O projeto apresentou 11 classes de uso e cobertura da terra que evidenciam as principais causas históricas do desmatamento como: pasto limpo, pasto sujo, pasto com solo exposto e regeneração com pasto, agricultura anual, mosaico de ocupações, área urbana e mineração.

desflorestadas acumuladas até o ano de 2007, pode-se ilustrar, ainda em parte, a transformação a que estas áreas foram submetidas.

O projeto TerraClass restringiu-se a qualificar os 707.752 km² de

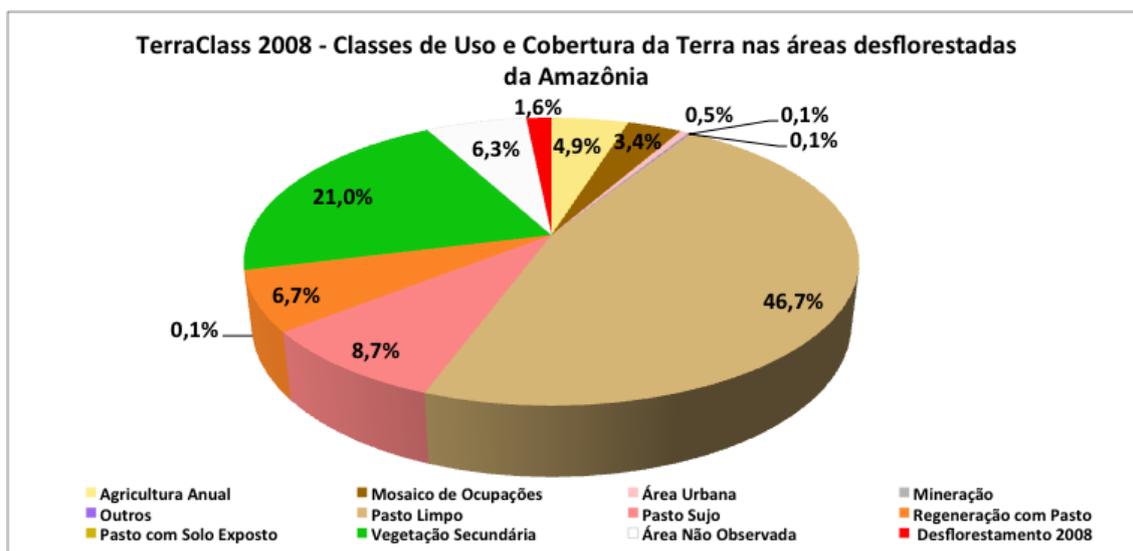
desflorestamento acumulado até o ano de 2007, mapeados pelo PRODES, considerando onze classes temáticas, segundo Tabela 01 e Figura 2.

Tabela 1 -Distribuição das áreas correspondentes a cada classe temática mapeada.

Classe	Área (km ²)	Frequência Absoluta	Frequência Acumulada
Pasto Limpo	335.714,94	46,7%	46,7%
Vegetação Secundária	150.815,31	21,0%	67,6%
Pasto Sujo	62.823,75	8,7%	76,4%
Regeneração com Pasto	48.027,37	6,7%	83,1%
Área Não Observada	45.406,27	6,3%	89,4%
Agricultura Anual	34.927,24	4,9%	94,2%
Mosaico de Ocupações	24.416,57	3,4%	97,6%
Área Urbana	3.818,14	0,5%	98,2%
Mineração	730,68	0,1%	98,3%
Pasto com Solo Exposto	594,19	0,1%	98,3%
Outros	477,88	0,1%	98,4%
Desflorestamentos 2008	11.458,64	1,6%	100,0%
TOTAL	719.210,99		

Fonte: Projeto TerraClass, 2001. Disponível em: http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/sumario_executivo_terraclass_2008.pdf

Figura 2 - Gráfico das classes mapeadas pelo projeto TerraClass.



A classe de uso de maior expressão territorial foi o Pasto Limpo, ocorrendo em 46,7% das áreas desflorestadas da Amazônia até 2008. Considerando também as demais categorias de pasto, como Pasto Sujo e Regeneração com Pasto, esse número sobe para 62,1% de ocupação das áreas desflorestadas.

A expansão da pecuária não está associada somente à disponibilidade de capital para investimento, associa-se também, à expansão dos mercados internos e externos, à demanda por carne bovina no exterior e aos incentivos fiscais (ALENCAR *et al.*, 2004).

A dinâmica da pecuária, neste caso, passa a seguir uma lógica independentemente da imposta pelo mercado nacional, a possibilidade da supressão do espaço pelo tempo, em função da implantação do meio técnico científico internacional (SANTOS, 2007), contribui para que o mercado internacional e suas tendências atuem também nos mecanismos de organização da pecuária na região, e conseqüentemente pela organização do espaço amazônico.

A segunda classe de maior expressão territorial foi Vegetação Secundária, perfazendo 21% de ocorrência, correspondendo a regiões que, após a supressão total da vegetação nativa, apresentavam processos avançados de regeneração da vegetação natural. Esta

classe também representa áreas que, após o corte raso da vegetação nativa em 2008, estavam sendo utilizadas para a prática de silvicultura ou agricultura permanente com uso de espécies nativas ou exóticas.

A ocorrência das pastagens como uso predominante na Amazônia, seguido pela ocorrência de vegetação secundária, associa-se, sobretudo, à fase de expansão da fronteira amazônica sob a ação do controle estatal, período de ocorrência dos grandes projetos agropecuários e dos projetos de colonização dirigidos.

Este período foi marcado por um modelo desenvolvimentista e de integração, pautado por políticas de ocupação de cunho geopolítico, que foi concretizado por meio da implantação de grandes projetos de colonização e de mineração. A política de incentivos fiscais voltadas principalmente para os grandes projetos agropecuários também se fizeram presentes, viabilizando a transformação de áreas florestais em pastagens (FEARNSIDE, 1985; MAHAR, 1989; BECKER, 1998).

O quadro atual reflete, porém, a ineficiência dos projetos e planos econômicos implantados na Amazônia desde a década de 1960, na sua grande maioria buscando atender dinâmicas externas a região sem considerar as necessidades regionais e locais.

Outro aspecto relevante e que vem corroborar com a ineficiência dos projetos aplicados na Amazônia desde o ano de 1960, é que as áreas definidas pelo projeto como mosaico de ocupações, que compreendiam as principais ações do governo neste período, estão bem distribuídas nos estados da Amazônia com um percentual muito baixo, que varia entre 5% a 10%, mas que em números absolutos, dos 24 mil quilômetros quadrados, cerca de 11 mil estão no estado do Pará.

Finalmente, cabe uma observação relativa à classe de Agricultura Anual, apontada frequentemente como um dos principais vetores dos desflorestamentos na região Amazônica, que representou 4,9% de cobertura total.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conquista e a colonização da região Amazônica foram motivadas por diversos fatores, prevalecendo sempre a busca de riquezas minerais, vegetais e a consolidação de uma base de produção mercantilista que garantisse lucros imediatos à metrópole (NASCIMENTO, 2011). Esse processo de retirada de recursos naturais prevalece nos dias atuais, porém com foco a garantir não mais somente os interesses internacionais, mas

também uma infinidade de demandas surgidas em nível nacional.

A exuberância das riquezas naturais existentes na Amazônia foram impulsionadoras do processo de ocupação desde seu início. Em cada momento histórico interesses diferenciados eram atendidos, todos associados ao modo de produção dominante e a divisão internacional do trabalho.

A associação dos interesses econômicos juntamente com a construção do imaginário coletivo, que Castro (2010) denomina de “Mito do Eldorado”, foram os elementos que permitiram a materialização no espaço das formas de ocupação e transformação da realidade amazônica.

Este processo de exploração dos recursos naturais na Amazônia e de transformação na sua cobertura vegetal, tem seu início desde a implantação das primeiras missões jesuíticas, passando pela implantação dos ciclos da borracha, intensificando-se principalmente durante o período do estabelecimento da fronteira amazônica, no governo militar, na década de 1970, com as políticas de investimento em grandes obras de infraestrutura e de desenvolvimento regional.

O reflexo no espaço da ineficiência das políticas implantadas a partir da década de 1970 materializa-se na grande quantidade de áreas desflorestadas

encontradas hoje na Amazônia, um total de 707.752 km², perfazendo a área denominada “arco do desflorestamento”. Estas áreas sofreram processo de retirada da cobertura vegetal e posterior transformação de sua aptidão, ou seja, a aptidão florestal foi substituída, em grande parte, por uma cobertura de pasto para ser utilizada na produção de gado bovino.

Parte das políticas de atração de migrantes não conseguiram cumprir sua função de fixação do homem na terra, em virtude da falta de cumprimento das ações previstas, principalmente nos projetos agrícolas e de colonização, que tiveram suas ações pautadas em órgãos federais. Essa ineficiência acarretou no abandono da terra, sendo incorporadas a outras propriedades, exacerbando o processo de concentração fundiária e permitindo o surgimento de latifundiários.

O quadro da economia também foi um fator determinante na forma como atualmente se configura a ocupação e o uso da terra na Amazônia, em função da interferência da economia global, que ultrapassa a ação local e regional, capaz de impor suas condições de expansão na região. Este processo de globalização da economia, possibilitado pela supressão do espaço pelo tempo, a partir da difusão da tecnologia da informação, apresenta hoje um grande peso na transformação do espaço produtivo da Amazônia, através da

incorporação das unidades produtivas ao mercado financeiro internacional.

Outro aspecto importante que precisa ser compreendido no reflexo da realidade atual do uso da terra na Amazônia é a intencionalidade das ações, sejam elas demandadas em nível global, mundial ou local, fator que determinou em cada momento histórico o estabelecimento dos ciclos e tendências econômicas que se estabeleceram na região.

Levando em consideração todos os elementos de interferência do espaço amazônico, responsáveis pelo seu processo de formação sócio espacial, podemos concluir que o quadro atual da cobertura e do uso da terra representa a reprodução das políticas implantadas e dos interesses dos atores envolvidos, dando continuidade ao ideal que permeou todo o processo de colonização e desenvolvimento da Amazônia, a busca pelas suas riquezas naturais, porém agora em um contexto muito mais desenvolvido dentro da realidade tecnológica que permite uma interação local/global em tempo real.

Outro importante apontamento da atual condição de uso da terra na região amazônica é a de que, para a incorporação das áreas destinadas à política de integração do território à realidade produtiva nacional, houve a necessidade de transformação das condições naturais com a conversão pelo desmatamento. Esta

conversão seguiu os ditames da política nacional e foi induzida pelo próprio estado e hoje apresenta-se, dentro de uma nova tendência de planejamento socioambiental, um aspecto negativo para o desenvolvimento da região por não considerar os aspectos locais necessários à manutenção da sustentabilidade necessária ao desenvolvimento no século XXI.

BIBLIOGRAFIA

- AB´SABER, A.N. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.16, n.45, p.7-30, maio/ago.2002.
- ALENCAR, A.; NEPSTAD, D.C.; MCGRATH, D.; MOUTINHO, P.; PACHECO, P.; DIAZ M del C.V. & SOARES-FILHO, B. 2004. **Desmatamento na Amazônia: Indo Além da Emergência Crônica**. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Belém, Pará, Brasil. 87 p.
- BECKER, B. K. **AMAZÔNIA**. São Paulo: Editora Ática, 1998. p.112.
- _____. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v.12, n.1, p.135-159, set. 2001.
- _____. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p.168.
- _____. In Santos, M.; Becker, K. B. (Orgs). **A Amazônia e a política ambiental brasileira**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 22-40.
- BENCHIMOL, J.L. (Coord.). **Manguinhos do sonho à vida: a ciência na belle époque**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1990. p. 5-88.
- BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M.; (Org). **Amazônia: Região Universal e Teatro Mundial**. São Paulo: Editora Globo, 2010. 1º Ed.
- CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos cadernos do NAEA**, Belém, v.08, n.2, p.05-40, 2005.
- _____. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. **Novos cadernos do NAEA**, Belém, v.10, n.2, p. 105-126, 2007.
- FEARNSIDE, P. M. Environmental change an deforestation in the Brazilian Amazon. In: HEMMING, J. (ed.) *Change in the Amazon Basin: man´s impact on forest and rivers*, v. 01. Manchester/UK, 1985, p. 70-89.
- _____. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e conseqüências. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v.01, n.01, p. 113-123, 2005.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.
- HOMMA, A.K O.; ALVES, N.R.B.; MENEZES, A.J.E.A.; MATOS, G.B. Guseiras na Amazônia:perigo para a floresta. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v.39, n.233, p.56-63, 2006.
- IANNI, O. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, 137p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População em 2007**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm> >. Acesso em: 17 de fevereiro de 2011.

INPE. **Sistema de Detecção do Desmatamento em tempo real na Amazônia – DETER: Aspectos Gerais, metodológicos e Planos de desenvolvimento.** Disponível em: http://www.obt.inpe.br/deter/metodologia_v2.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2011.

_____. **Monitoramento da cobertura florestal da Amazônia por satélites. Sistema PRODES, DETER, DEGRAD e Queimadas 2007-2008.** Disponível em: http://www.obt.inpe.br/prodes/Relatorio_Prodes2008.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2011.

_____. **Monitoramento da cobertura florestal da Amazônia por satélites.** Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/deter/avaliacao/RelatorioMonitoramento.pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2011.

_____. **Sumário Executivo do Projeto TerraClass.** Disponível em: http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/sumario_executivo_terraclass_2008.pdf. Acesso em: 05 de outubro de 2011.

KOHLHEPP, G. Desenvolvimento regional adaptado: o caso da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 06, n. 16, p. 81-102, 1992

_____. “The International Pilot Programme for Amazonia: An Approach to sustainable Regional Development”, *International Geographical Union Bulletin* 45: 17-30 (1995).

_____. Conflitos de Interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

MAHAR, D.J. *Government Policies and Deforestation in Brazil's Amazon Region.* Washington, Word Bank Publication, 1989.

MMA (Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal) e Banco Mundial. *Pilot Program to conserve the Brazilian rain Forest* (Brasília: MMA, 1998), 36p.

NASCIMENTO, C. P. **Cenários da Produção Espacial Urbana de Porto Velho.** 2009. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós Graduação Mestrado em Geografia, UNIR, Porto Velho – RO.

_____. O Processo de Urbanização da Amazônia e seus mecanismos entre a década de 1930 e 1980. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v.05, n.14, p.227-256, 2011.

OLIVEIRA, F. A Reconquista da Amazônia. In D' Incao, M. A.; Silveira, I. M. (Orgs). **A Amazônia e a crise da modernidade.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009. p. 83-93.

PRATES, R. C. **O desmatamento desigual na Amazônia brasileira: sua evolução, suas causas e conseqüências sobre o bem estar.** 2008. Tese (doutorado) – Doutorado em Ciências/Economia Aplicada – Universidade de São Paulo, Piracicaba – SP

SANTOS, C. **A Fronteira do Guaporé.** Porto Velho: Edufro, 2007. 202p.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Editora Vozes, 1982. p. 152.

TOCANTINS, L. **Amazônia, Natureza, Homem e Tempo.** Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

SITES ACESSADOS

<http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/investimentos-em-infraestrutura-para-o-desenvolvimento-economico-e->

social, acessado em 17 de março de 2011.
